

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



Avaliação dos gastos em educação e seu reflexo na efetividade das políticas públicas: um caso de municípios rondonienses

Luciene Bernardo Santos Kochmanski¹
lucieneatalaia@hotmail.com

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

Verônica Gesser²

gesserv@univali.br

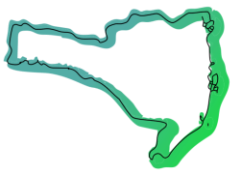
Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

RESUMO. Este estudo consiste na avaliação dos gastos em educação e seu reflexo na efetividade das políticas públicas, mensurada através do desempenho dos estudantes do ensino fundamental, anos finais, dos municípios do estado de Rondônia. Com o objetivo de avaliar se os municípios rondonienses que mais aplicam recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino e no FUNDEB, têm conseguido atingir a meta 2A proposta pelo PNE e apresentado melhor desempenho nas médias do SAEB e índice do IDEB referentes aos anos finais da educação fundamental, do ano de 2021. Refere-se à pesquisa bibliográfica e documental, de análise descritiva de dados. Para isso, foram coletados dados socioeconômicos, geográficos e de desempenho do ensino fundamental público municipal, anos finais, relativos aos municípios de Rondônia. Os resultados concatenados à revisão sistemática das produções selecionadas, confirmaram a hipótese de que os maiores gastos públicos em educação no ensino fundamental não refletem em melhores desempenhos dos estudantes dos municípios rondonienses.

PALAVRAS-CHAVE: Financiamento Educacional. FUNDEB. Qualidade Educacional. Controle Social. PNE.

ABSTRACT. This study consists of evaluating spending on education and its impact on the effectiveness of public policies, measured through the performance of elementary school students, final years, in municipalities in the state of Rondônia. With the aim of evaluating whether the municipalities in Rondônia that invest the most resources in the maintenance and development of education and in FUNDEB, have managed to achieve target 2A proposed by the PNE and presented better performance in the SAEB averages and IDEB index for the final years of education. fundamental, in the year 2021. Refers to bibliographic and documentary research, descriptive data analysis. To this end, socioeconomic, geographic and performance data from municipal public elementary education, final years, were collected for the municipalities of Rondônia. The results of which, linked to the systematic review of selected productions, confirmed the hypothesis that greater public spending on education in primary education does not result in better performance among students in Rondônia's municipalities.

KEY WORKS: Educational Financing. FUNDEB. Educational Quality. Social Control. PNE.



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



INTRODUÇÃO

A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios têm obrigatoriedade de investir um percentual mínimo anual da receita própria arrecadada, na manutenção e desenvolvimento do ensino. A União aplicará anualmente nunca menos de dezoito por cento; os estados, o Distrito Federal e os municípios utilizarão no mínimo 25% diretamente na MDE, além de outros recursos inerentes aos programas vinculados à educação (BRASIL, 1988).

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), formado por vinte por cento das receitas de impostos e transferências constitucionais, é destinado à manutenção e ao desenvolvimento da educação básica pública e à valorização dos profissionais da educação, através de remuneração condigna. A Lei nº 14.113/20 estabelece que, no mínimo, 70% dos recursos do Fundeb seja aplicado no pagamento dos profissionais da educação básica em efetivo exercício (BRASIL, 2020).

De acordo com estudo da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o investimento do país em educação é acima da média das nações participantes da instituição, tendo como base o Produto Interno Bruto - PIB (OCDE, 2009). Contudo, mesmo havendo financiamento do sistema educacional pelo Estado, os problemas de acesso, permanência e qualidade ainda persistem no sistema de educação superior brasileiro (FERREIRA, 2019). Assim, é necessário avaliar a relação custo/benefício do gasto público educacional do Brasil, de forma a assegurar que a educação seja financiada adequadamente, com melhor aproveitamento dos recursos. Para isso, é imprescindível escolher políticas públicas que superem as distorções que existem no perfil do financiamento da educação brasileira (OCDE, 2009).

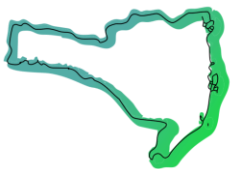
No Brasil, o planejamento vigente é o Plano Nacional de Educação – PNE, aprovado pela Lei nº 13.005 de 2014, que estabeleceu 20 metas a serem atingidas até 2024, por meio de 254 estratégias desenvolvidas em regime de cooperação pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios. A meta 20 desse plano consiste em ampliar o investimento em educação pública para 10% do Produto Interno Bruto no final de 2024. (BRASIL, 2014).

Esse plano foi replicado pelos estados e municípios, de forma que todo ente, dentro de suas competências, tem a responsabilidade de implementar as melhorias necessárias para que as metas do PNE sejam alcançadas. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) todas as esferas administrativas do poder público (federal, estadual e municipal) assegurará em primeiro lugar a educação básica, e o ensino fundamental deverá ser oferecido com prioridade pelos municípios (Brasil, 1996).

Dessa forma, cada município brasileiro tem competência legal para promover o ensino fundamental, contribuindo para a formação do Fundeb para a valorização dos profissionais da educação, aplicando no mínimo 25% das receitas de impostos e transferências constitucionais na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Para monitorar o desenvolvimento da qualidade da educação no Brasil, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) tem adotado meios de avaliação, um deles é o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) que elabora e aplica testes que calculam indicadores com a finalidade de divulgar as médias de proficiências em língua portuguesa e matemática dos estudantes de todas as etapas da educação básica.

Os testes de língua portuguesa aplicados aos alunos do quinto e nono ano do ensino fundamental visam verificar a capacidade dos estudantes de compreenderem e analisarem os textos que leem,



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



demonstrando habilidades de reconhecimento, identificação, dedução, dentre outras. Já os exames de matemática para essa mesma etapa de educação estimulam as formas de raciocínio como intuição, dedução e estimativa para avaliar se o aluno tem conhecimento de aplicar as técnicas do letramento matemático (INEP, 2020).

As médias de desempenho calculadas pelo SAEB, somadas aos dados sobre aprovação escolar obtidos no censo escolar, dão origem ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Esse índice varia numa escala de zero a dez, e é um importante condutor de política pública pela qualidade da educação; através dele é medido a qualidade do sistema educacional.

Dessa forma, considerando a obrigatoriedade do investimento mínimo em educação no Brasil e a necessidade de busca contínua da qualidade do sistema educacional surge a seguinte questão: os municípios rondonienses que mais aplicaram recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino e no FUNDEB têm conseguido atingir a meta 2A do PNE e melhorar o desempenho da educação fundamental, no ano de 2021? O objetivo desse estudo é avaliar se o desempenho dos estudantes dos anos finais do ensino fundamental público dos municípios do estado de Rondônia, no exercício de 2021, está diretamente relacionado ao volume dos recursos aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino e no FUNDEB.

Essa pesquisa se justifica pela necessidade de se avaliar a qualidade do gasto em educação, cujos resultados poderão ser utilizados como subsídios para tomada de decisões dos gestores públicos quanto à destinação de maior volume de recursos orçamentários para a manutenção e desenvolvimento do ensino, ou à implementação de melhorias na formulação de políticas públicas educacionais, proporcionando, desta forma, informações úteis à sociedade para o exercício do controle social. O estado de Rondônia foi selecionado por sua posição geográfica no Norte do Brasil. Região que carece de pesquisas que apresentem informações úteis para discussão sobre as diferenças regionais e seus impactos na qualidade da educação.

MATERIAIS E MÉTODOS

Esta é uma pesquisa bibliográfica e documental, de análise descritiva de dados, visando responder se os municípios rondonienses que mais aplicam recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino e no FUNDEB, têm conseguido atingir a meta 2A proposta pelo PNE e apresentado melhor desempenho nas médias do SAEB e índice do IDEB referentes aos anos finais da educação fundamental, no ano de 2021.

O ano de 2021 foi selecionado por ser o exercício mais recente que contém as informações imprescindíveis para este estudo já divulgadas. E o estado de Rondônia foi escolhido pela possibilidade de oportunizar resultados que possam ser úteis para futuros debates sobre as diferenças regionais; o reflexo dos gastos na manutenção e desenvolvimento do ensino; e seus impactos na qualidade da educação. Todos os dados divulgados nesta pesquisa são públicos para consulta, e constam na Internet, nos respectivos sítios eletrônicos dos órgãos competentes, em atendimento à Lei nº 12.527/2011, Lei de Acesso à Informação (BRASIL, 2011).

Rondônia é um estado brasileiro da Região Norte; criado em 1982; composto por 52 municípios; é considerado a porta de entrada da Amazônia brasileira, por seu acesso através da rodovia BR-364; tem como limites os estados do Mato Grosso, Amazonas e Acre, e a Bolívia. Sua população de 1.581.016 pessoas, é composta por imigrantes de diversas unidades da federação atraídos pelas terras férteis rondonienses e suas riquezas minerais, como diamantes, cassiterita e ouro (IBGE, 2022). Ressalta-se



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



que o estado de Rondônia além de ser constituído por diversos povos, possui uma extensa população indígena, que milita pela obtenção de uma educação específica e diferenciada (SANTOS; ALVES, 2020).

Para o desenvolvimento deste estudo, os municípios foram agrupados em blocos considerando o número de habitantes de cada cidade, e outras variáveis, como: localizados, ou não, no eixo da BR-364; PIB *per capita*; IDHM; densidade demográfica; percentual gasto na manutenção e desenvolvimento do ensino em 2021; percentual dos recursos do Fundeb empregado na valorização dos profissionais da educação básica, no ano de 2021; índice de cumprimento da meta 2A do Plano Nacional de Educação; médias do SAEB das proficiências de língua portuguesa e matemática dos anos finais do ensino fundamental público, referente ao exercício de 2021; IDEB 2021 da rede pública municipal do estado de Rondônia referente aos anos finais do ensino fundamental.

Os dados inerentes à população; densidade demográfica; PIB *per capita*; e IDEB 2021 dos anos finais do ensino fundamental da rede pública municipal, foram coletados no sítio eletrônico IBGE Cidades. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) teve como base o divulgado no site do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, de acordo com o censo de 2010. As médias do SAEB das proficiências de língua portuguesa e matemática dos anos finais do ensino fundamental público, referente ao exercício de 2021, referem-se às disponíveis nas planilhas elaboradas pelo INEP. E os percentuais dos gastos na MDE e na valorização dos profissionais da educação básica, assim como o índice de cumprimento da meta 2A correspondem às informações contidas nas prestações de contas dos municípios publicadas nos respectivos portais de transparências de cada ente municipal. A respeito da informação sobre a localização geográfica do município em relação à Rodovia BR-364, essa foi obtida observando o mapa estadual disponível no sítio eletrônico do IBGE.

Registra-se as seguintes limitações percebidas na coleta de dados: ausência de informações acerca dos resultados das médias do SAEB dos municípios Machadinho D'Oeste e Itapuã do Oeste; ausência do IDEB dos anos finais do ensino fundamental da rede pública dos municípios Chupinguaia, São Miguel do Guaporé, Rio Crespo, Primavera de Rondônia, Itapuã do Oeste, Cujubim, Machadinho D'Oeste e Campo Novo de Rondônia; e a falta de informação referente ao índice de cumprimento da meta 2A do município de Chupinguaia.

Para fundamentar teoricamente a questão desta pesquisa, foram realizadas buscas por produções no repositório da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) utilizando o seguinte termo: “gastos em educação e qualidade do ensino fundamental público”; e o filtro de ano de defesa no período de 2019 a 2023. Foram obtidos 26 resultados, sendo 8 teses e 18 dissertações.

Dessas produções, depois de analisados seus títulos e lidos seus resumos, foram selecionadas 7 obras, sendo 1 tese e 6 dissertações abaixo especificadas, cujas temáticas têm conexão com a proposta deste trabalho:

Quadro 1 – Produções pesquisadas na BDTD, abrangendo o período de 2019 a 2023

Tipo de trabalho	Título	Autor(a)	Ano de defesa	Instituição Programa	Região da pesquisa
Dissertação	Análise sobre a eficiência dos gastos públicos em educação no ensino fundamental do estado de Alagoas	Daniel Mendes de Andrade	2022	UNB Programa de Pós-Graduação em gestão pública	Municípios do estado de Alagoas
Dissertação	Gasto público subnacional em educação e desempenho escolar: uma análise quantitativa para o	Débora Evelyn da Silva	2020	UFPB Programa de Pós-Graduação em ciência política e	Municípios do estado da



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



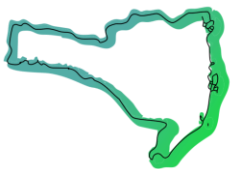
	caso dos municípios da Paraíba			relações internacionais	Paraíba
Dissertação	Análise da relação entre investimento em educação e desempenho escolar nos municípios gaúchos no período de 2005 a 2015	Gabriela Drevnovicz Silveira	2019	UFRGS Programa de Pós-Graduação em administração pública	Municípios do estado do Rio Grande do Sul
Dissertação	Os efeitos do Fundeb e dos fatores internos e externos sobre o IDEB do ensino fundamental I das escolas públicas municipais de Caratinga/MG entre 2007 e 2017	Josester Teixeira de Sousa	2020	UFVJM Programa de Pós-Graduação em educação	Município de Caratinga Minas Gerais
Dissertação	Eficiência dos gastos públicos em educação no estado de Mato Grosso: uma investigação através da análise envoltória de dados	Franciele Nates dos Santos	2020	UNICAMP Instituto de Matemática e Estatística e Computação Científica	Municípios do Mato Grosso
Tese	O ensino fundamental nos municípios brasileiros: relações possíveis entre qualidade, financiamento, organização e contextos socioeconômicos	Eduardo Rodrigues Capocchi	2022	USP Programa de Pós-Graduação Estado, Sociedade e Educação	Municípios brasileiros
Dissertação	Eficiência do gasto público e qualidade do ensino fundamental no Brasil	Alexandra maria da Silva	2021	UFU Programa de Pós-Graduação em gestão organizacional	Estados e municípios brasileiros

Fonte: Autoras, 2023.

Verificando as temáticas dos estudos apresentados no quadro 1, nota-se que nesta pesquisa não foram localizadas produções que tratassem diretamente da relação entre a aplicação dos recursos públicos na educação e o desempenho dos estudantes do ensino fundamental público dos municípios do estado de Rondônia. Ressalta-se que essa constatação ocasionou o interesse por este tema, estabelecendo a hipótese de que os maiores gastos públicos em educação no ensino fundamental não refletem em melhores desempenhos dos estudantes dos municípios rondonienses. A seguir, apresenta-se a revisão sistemática das obras selecionadas para o embasamento teórico desta pesquisa, descrevendo os métodos utilizados pelos autores e seus respectivos achados.

Com o objetivo de aferir a eficiência e qualidade dos gastos públicos em educação do ensino fundamental dos municípios do estado de Alagoas, Andrade (2022) analisou informações de 99 municípios alagoanos, por meio da metodologia Análise Envoltória de Dados (DEA), utilizando variáveis e resultados relativos ao período de 2017 a 2019, e observou que apenas 19,19% dos estudantes do ensino fundamental do estado usufruem de serviços públicos eficientes em educação, e que 80,8% dos municípios alagoanos desperdiçam recursos financeiros nessa área.

Para Andrade, sua pesquisa lhe permitiu verificar que os municípios alagoanos de maior eficiência nos gastos públicos em educação do ensino fundamental, em sua maior parte, encontram-se entre os menos populosos, confirmando sua tese de que o aumento populacional municipal também aumenta a demanda na educação, assim, os municípios com maior número de habitantes têm mais dificuldades na gestão dos recursos públicos destinados ao ensino (ANDRADE, 2022).



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



Do mesmo modo, Silva (2020) mensurou os possíveis efeitos do gasto público municipal com o ensino fundamental sobre o desempenho médio das avaliações do SAEB e do rendimento dos alunos das 223 cidades paraibanas, no período de 2008 a 2017. Através do exame do comportamento dos dados descritivos num modelo estatístico a autora testou as seguintes hipóteses: H1 – o aumento do gasto público com educação por aluno aumenta seu desempenho na nota de português; H2 - o aumento do gasto público com educação por aluno aumenta seu desempenho na nota de matemática; H3 – o aumento no gasto público com educação reduz as taxas de reprovação; H4 – o aumento no gasto público com educação reduz as taxas de evasão no sistema da rede pública municipal.

De acordo com Silva, é possível afirmar que há uma relação causal positiva com o maior volume de investimento no ensino e a alocação de recursos no serviço público educacional, assim foram obtidas evidências que podem confirmar as hipóteses H1 e H2, pois, aqueles municípios que expandiram o gasto com educação por aluno apresentaram porcentagem mais alta no desempenho de português e matemática, do que aqueles que não aumentaram o gasto.

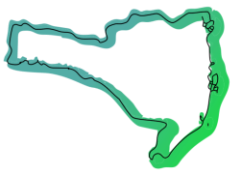
Silva também observou que o aumento do investimento em educação impactou na redução das taxas de reprovação, considerando outras variáveis que auxiliam na diminuição da evasão escolar da rede pública de educação dos municípios paraibanos, assim, foram evidenciadas possibilidades de aceitação das hipóteses H3 e H4.

A autora ainda considerou a relevância do federalismo cooperativo na aplicação dos recursos em educação no Brasil, em que os governos locais ganharam maior capacidade na implementação de políticas públicas por meio dos repasses da União, maximizando os resultados a partir da alocação desses recursos em ambientes federativos assimétricos. E que o aumento de investimentos no ensino pode impactar positivamente no desempenho dos estudantes (SILVA, 2020).

Para avaliar a relação entre os recursos aplicados em educação e os desempenhos escolares nos municípios do estado do Rio Grande do Sul, Silveira (2019) construiu um painel de dados desses municípios e avaliou através de modelos estatísticos informações relativas ao período de 2005 a 2015, por fim concluiu que não houve relevância estatística para se afirmar a relação investimento-qualidade no nível de ensino fundamental público municipal, pois, verificou-se que as cidades com maiores custos por aluno não apresentaram melhores resultados no desempenho escolar. Contudo, Silveira destaca a importância do monitoramento da gestão dos recursos pelos municípios, com a finalidade de acompanhar os indicadores, para identificar formas efetivas de melhorar o desempenho dos estudantes e obter eficiência na alocação dos recursos públicos (SILVEIRA, 2019).

Sousa (2020) analisou os efeitos do Fundeb e dos fatores internos e externos sobre o IDEB do ensino fundamental das escolas públicas municipais de Caratinga/MG, referente ao período de 2007 a 2017, utilizando-se da técnica de dados em painel com efeitos fixos, cujos resultados obtidos o levaram a inferir que existe relação entre o aumento do gasto com educação e a qualidade de ensino oferecido no município, considerando além da aplicação dos recursos, a melhoria de indicadores socioeconômicos e a valorização docente.

A eficiência dos municípios do estado de Mato Grosso, quanto à aplicação dos recursos orçamentários empregados no ensino fundamental foi avaliada por Santos (2020), por meio de análise envoltória de dados, a autora pondera que mesmo o estado sendo conhecido por seu destaque agropecuário, apresenta o pior desempenho nas médias de proficiência de língua portuguesa e matemática nas avaliações do SAEB. Dessa forma, a autora investigou se é eficiente a aplicação do mínimo constitucional, 25% dos recursos dos impostos e transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino público pelos prefeitos municipais mato-grossenses.



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



Santos (2020) selecionou 117 dos 141 municípios mato-grossenses, utilizando dados do ano de 2017, os resultados de sua pesquisa identificaram apenas 11 municípios considerados eficientes quanto ao investimento do recurso público no ensino fundamental. Para a autora, seu estudo revelou a necessidade de melhores práticas de gestão do dinheiro público gasto em educação.

Pretendendo identificar características dos sistemas escolares municipais do Brasil, relacionadas às suas capacidades de melhorar as proficiências e seus gastos públicos em educação para atingir os resultados, no período de 2010 a 2019, através da análise de micro dados públicos, Capocchi (2022) buscou verificar as possíveis relações entre qualidade, financiamento, organização e contextos socioeconômicos, e concluiu que as práticas pedagógicas apresentam melhores resultados positivos do que o maior investimento de recursos (CAPOCCHI, 2022).

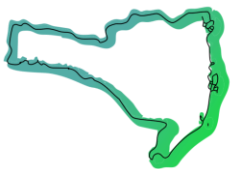
No mesmo sentido, Silva (2021) avaliou a relação entre a eficiência do gasto público e a qualidade do ensino fundamental dos municípios brasileiros, com base nos dados das avaliações do IDEB referentes ao período de 2005 a 2017, e o volume dos gastos públicos aplicados na educação. Sua pesquisa revelou que o indicador socioeconômico dos alunos apresentou correlação positiva com o IDEB em nível das escolas e de municípios, considerando variáveis relacionadas com infraestrutura adequada e acessível das escolas; com maior número de professores e profissionais de apoio pedagógico; e com menor quantidade de alunos por professor, indicando a relevância da aplicação dos recursos do Fundeb para a melhoria da qualidade do ensino. Entretanto, a autora constatou que quanto maior o gasto, menor o IDEB; considerando a aplicação total dos recursos em educação, medida tanto pela relação do gasto sobre o Fundeb por município, quanto pelo nível de execução da despesa pública.

Pelos achados de sua pesquisa, a autora pondera que o melhor desempenho não é meritocrático, pois, só o fato de gastar mais não é suficiente para obter melhores resultados, mas sim social. O gasto precisa ser maior em comunidades mais carentes. Portanto, a melhoria da infraestrutura; das condições de oferta do ensino; e do número de professores em escolas públicas muito ruins também melhora o índice do IDEB (SILVA, 2021).

RESULTADOS

Com objetivo de avaliar se o desempenho dos estudantes dos anos finais do ensino fundamental público dos municípios do estado de Rondônia está diretamente relacionado ao volume dos recursos aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino e no FUNDEB, (visando responder se os municípios rondonienses que mais aplicam recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino e no FUNDEB, têm conseguido atingir a meta 2A proposta pelo PNE e apresentado melhor desempenho nas médias do SAEB e índice do IDEB referentes aos anos finais da educação fundamental, no ano de 2021), foi realizada análise descritiva dos dados públicos coletados nos sítios eletrônicos do IBGE Cidades; do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil; do INEP e dos portais da transparência dos municípios rondonienses.

Os dados coletados foram tratados, considerando a limitação verificada pela ausência de alguma informação, relativa ao ano de 2021, sobre determinados municípios. Assim, achou-se razoável a exclusão da amostra os municípios Machadinho D'Oeste e Itapuã do Oeste por não possuírem divulgadas as médias do SAEB e nem o IDEB dos anos finais do ensino fundamental. Também foram retirados os municípios Chupinguaia; São Miguel do Guaporé; Rio Crespo; Primavera de Rondônia; Cujubim; e Campo Novo de Rondônia, o primeiro por não conter divulgação do IDEB dos anos finais do ensino fundamental, nem informação acerca do índice de cumprimento da meta 2A do PNE; os demais, pela ausência do IDEB dos anos finais do ensino fundamental da rede pública dos municípios.



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



Dessa forma, dos 52 municípios do estado de Rondônia foram selecionados os 44 municípios que continham todos os dados pesquisados para o presente estudo. Dos municípios selecionados, Buritis foi o que mais aplicou recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino, nos moldes do artigo 212 da Constituição Federal que determina o gasto mínimo de 25%, o município atingiu o percentual de 32,25% em aplicação de recursos oriundos das receitas próprias e das transferências constitucionais em MDE.

Contudo, em relação ao desempenho no IDEB 2021 da rede pública municipal de Rondônia, referente aos anos finais do ensino fundamental, sua nota foi 4,60, abaixo da média nacional (5,10), não figurando entre os dez primeiros municípios que obtiveram as notas mais elevadas. Da mesma forma, o município não apareceu na relação das 10 maiores médias do SAEB 2021 nas proficiências de língua portuguesa e matemática relativas aos anos finais do ensino fundamental público municipal.

Esse resultado converge com os estudos de Silveira (2019), que analisou os dados, relativos ao período de 2005 a 2015, dos municípios gaúchos e concluiu que as cidades que realizam maiores gastos em educação por aluno não apresentaram resultados superiores no desempenho escolar.

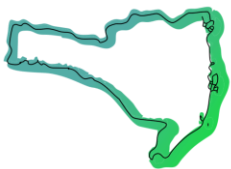
Das receitas de impostos e transferências constitucionais sobre as quais os municípios devem aplicar o mínimo de 25% na manutenção e desenvolvimento do ensino, 20% referem-se à contribuição obrigatória para a formação do Fundeb. Das receitas desse fundo, no mínimo, 70% devem ser gastas no pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício.

Dentre os municípios rondonienses selecionados para este estudo, verificou-se que o município que mais aplicou recursos do Fundeb no pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício foi Espigão D'Oeste, que utilizou 88,06% desses recursos na finalidade de valorização dos profissionais do ensino, no ano de 2021. Entretanto, em que pese o município de Espigão D'Oeste ter obtido nota 5 no IDEB dos anos finais do ensino fundamental público em 2021, não está entre os 10 municípios que apresentaram melhores notas, assim como não consta na relação das 10 médias mais altas relativas ao SAEB 2021 nas proficiências de língua portuguesa e matemática referentes aos anos finais do ensino fundamental público municipal.

O resultado evidenciado diverge dos achados de Sousa (2020) que, ao analisar os efeitos do Fundeb e dos fatores internos e externos sobre o IDEB do ensino fundamental das escolas públicas do município de Caratinga/MG, inferiu que existe relação positiva entre o aumento do gasto com educação e a qualidade do ensino. Entretanto, há de se sopesar que naquele estudo o autor também considerou, além da aplicação dos recursos na valorização docente, a melhoria de indicadores socioeconômicos, essa não foi objeto de análise na presente pesquisa.

O município que obteve a maior nota do IDEB 2021, referente aos anos finais do ensino fundamental público municipal, foi Ministro Andreazza, com a nota de 5,80. Observou-se que essa cidade não aparece entre as 10 que mais aplicam recursos do Fundeb na remuneração dos profissionais da educação, cuja aplicação foi de 75,4%; ocupa o 6º lugar na lista dos municípios que mais aplicam recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino, atingindo 29,54% de gastos na MDE; e está em 6º lugar na relação dos 10 municípios que obtiveram as maiores médias das proficiências em língua portuguesa (260,45) e matemática (260,71) do SAEB 2021 do ensino fundamental anos finais, com desempenho acima da média nacional.

Vale ressaltar que o município de Ministro Andreazza não está localizado no eixo da Rodovia BR-364; em relação ao número de habitantes, ocupa a 42ª posição com população de 6.466 pessoas; não aparece nas listas dos 10 municípios com maior densidade demográfica, maior IDHM, com PIB *per capita* mais altos; o município também ainda não cumpriu a meta 2A do PNE que estabeleceu a universalização do ensino fundamental até o ano de 2024. Nota-se que no final de 2021, 25 municípios



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



rondonienses já haviam superado essa meta, de acordo com os monitoramentos divulgados em suas respectivas prestações de contas. Contudo, o município de Ministro Andreazza encontrava-se no patamar de 84,93% da meta, no ano de 2021.

O resultado do desempenho do município de Ministro Andreazza e suas características de um município de pequeno porte, pode ser considerado compatível com os achados da pesquisa de Andrade (2022), que ao analisar a eficiência e qualidade dos gastos públicos em educação do ensino fundamental dos municípios alagoanos, verificou que os municípios menos populosos são os que apresentam mais eficiência na aplicação dos recursos no sistema de ensino.

A respeito do SAEB 2021 do ensino fundamental público municipal, anos finais, o município de Pimenta Bueno apresentou as médias mais altas relativas às proficiências em língua portuguesa (275,63) e em matemática (278,06), resultados acima das médias nacionais que foram 258 e 256, respectivamente. Porém, sua nota do IDEB, sobre o ensino fundamental público municipal foi de 5,10, dentro da média nacional. Pimenta Bueno não aparece nas listas dos 10 municípios que mais investiram em MDE e/ou Fundeb. O município, no ano de 2021 aplicou 27,71% dos recursos próprios na MDE, e 70,06% do Fundeb na remuneração dos profissionais da educação.

Pimenta Bueno é uma cidade de 34.998 pessoas, no eixo da BR-364, em relação às 10 cidades que são cortadas por essa rodovia, o município ocupa o 8º lugar em número de habitantes; não aparece na lista dos 10 municípios com maior densidade demográfica, porém, em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal está em 2º lugar e tem a 4ª posição do maior PIB *per capita*. Destaca-se que no final de 2021 o município já havia cumprido 100% da meta 2A do PNE, referente à universalização do ensino fundamental. Assim, é possível afirmar que os aspectos avaliados acerca do município de Pimenta Bueno são compatíveis com os resultados da pesquisa de Sousa (2020), que avaliou os efeitos do Fundeb e dos fatores internos e externos sobre o IDEB do ensino fundamental das escolas públicas municipais de Caratinga/MG, referente ao período de 2007 a 2017 e concluiu que para o melhor desempenho dos estudantes não é suficiente somente o investimento de recursos na educação. A melhoria de indicadores socioeconômicos e a valorização docente também precisam ser consideradas.

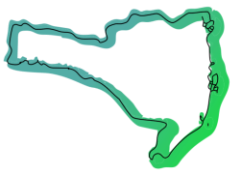
Na análise dos dados verificou-se a ausência dos 3 municípios mais populosos do estado de Rondônia (Porto Velho, Ji-Paraná e Ariquemes), nas listas dos 10 municípios que obtiveram maiores notas no IDEB em 2021, relativas ao ensino fundamental público municipal, anos finais; e dos que alcançaram melhores médias nas avaliações do SAEB 2021, do ensino fundamental anos finais, na esfera da educação pública municipal, nas proficiências de língua portuguesa e matemática.

Infere-se que essa evidência é compatível com a confirmação da tese de Andrade (2022), que observou, no contexto dos municípios alagoanos, que o aumento populacional municipal também eleva a demanda na educação. Dessa forma, os municípios com maior número de habitantes têm dificuldades na gestão dos recursos públicos destinados ao ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

O volume de recursos aplicados na manutenção do ensino cresceu significativamente no país desde a década de 1990; porém, ainda existem propostas para a elevação dessas despesas até o teto de 10% do PIB. Entretanto, essas demandas não são precedidas de uma avaliação da qualidade do gasto e seus impactos no crescimento econômico (POKER Jr; NUNES, 2013).

No Brasil os municípios têm que investir no mínimo 25% de suas receitas de impostos e transferências constitucionais na manutenção e desenvolvimento do ensino. Na aplicação desses



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



recursos é obrigatório o cumprimento da legislação acerca do Fundeb que determina o gasto mínimo de 70% desse fundo no pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício. Entretanto, apesar da obrigatoriedade de alocação de recursos na educação pública municipal, os resultados das avaliações que mensuram o desempenho dos estudantes dos anos finais do ensino fundamental público dos municípios do estado de Rondônia não são satisfatórios.

Nesse contexto, formulou-se a seguinte questão de pesquisa: os municípios rondonienses que mais aplicaram recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino e no FUNDEB têm conseguido atingir a meta 2A do PNE e melhor desempenho da educação fundamental, no ano de 2021? Então, com o objetivo de avaliar se o desempenho dos estudantes dos anos finais do ensino fundamental público dos municípios do estado de Rondônia, no exercício de 2021, está diretamente relacionado ao volume dos recursos aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino e no FUNDEB, foram coletados dados, sobre os quais realizou-se análise descritiva, e os resultados confirmaram a hipótese de que os maiores gastos públicos em educação no ensino fundamental não refletem em melhores desempenhos dos estudantes dos municípios rondonienses.

No caso dos municípios do estado de Rondônia, notou-se que o maior desempenho no IDEB 2021, relativo ao ensino fundamental anos finais do ensino público, é o do município de Ministro Andreazza, com a nota de 5,8, acima da média nacional para essa etapa educacional. Também se observou que os municípios que mais aplicaram recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino e no Fundeb, Buritis e Espigão D'Oeste, respectivamente, não aparecem na relação dos 10 municípios que obtiveram melhores notas no IDEB, e maiores médias nas proficiências de língua portuguesa e matemática. Notou-se ainda, que o município de Pimenta Bueno obteve as melhores médias nas proficiências de língua portuguesa e matemática, contudo, além de bom desempenho educacional, o município também se destaca pelos melhores índices de desenvolvimento humano e PIB *per capita*.

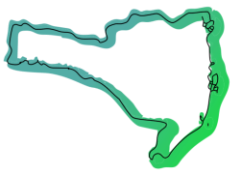
Os resultados desta pesquisa indicam que o gasto público em educação sem critérios pré-definidos, considerando as particularidades de cada município, voltados à melhoria do bem-estar da comunidade, é desperdiçado e não aumenta o desempenho dos estudantes. Portanto, é necessário que os gestores revejam seus atos de gestão dos recursos públicos visando promover ações mais assertivas, algumas delas nem dependem de dinheiro, e sim, de mudanças de práticas.

Ressalta-se que estes achados estão alinhados aos resultados de outros pesquisadores sobre esta temática. Contudo, na busca por produções não foram localizadas obras que tratassem diretamente da relação entre a aplicação dos recursos públicos na educação e o desempenho dos estudantes do ensino fundamental público dos municípios do estado de Rondônia.

Dessa forma, a relevância deste estudo foi aumentada, assim como a responsabilidade por produzir informações contributivas não apenas para a academia, mas que sirvam de subsídios para estratégias futuras na modelagem de políticas educacionais e sejam indutoras do controle social.

Como sugestão para futuros estudos, propõe-se que esta pesquisa seja ampliada, considerando uma base histórica, que permita comparações de avanços ou regressões na relação gastos públicos em educação e qualidade do ensino público municipal. A expectativa é que o investimento no ensino, além de ocasionar mudanças na educação, reflita direta e indiretamente noutros indicadores de desenvolvimento social e econômico, melhorando a qualidade de vida das pessoas (SILVA e RAULI, 2009).

Referências



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



ANDRADE. Daniel Mendes de. **Análise sobre a eficiência dos gastos públicos em educação no ensino fundamental do estado de Alagoas: uma avaliação usando DEA.** 2022. 81 pg. Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública. Universidade de Brasília – UNB, Brasília-DF, 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 20 de maio de 2023.

_____. **LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/112527.htm>. Acesso em: 20 de maio de 2023.

_____. **LEI Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/113005.htm>. Acesso em: 20 de maio de 2023

_____. **LEI Nº 14.113, DE 25 DE DEZEMBRO DE 2020.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/114113.htm>. Acesso em: 20 de maio de 2023.

CAPOCCHI. Eduardo Rodrigues. **O ensino fundamental nos municípios brasileiros: relações possíveis entre qualidade, financiamento, organização e contextos socioeconômicos.** 2022. 554 pg. Programa de Pós-Graduação Estado, Sociedade e Educação. Universidade de São Paulo - USP, São Paulo-SP, 2022.

FERREIRA, N. T. **Como o acesso à educação desmonta o mito da democracia racial.** Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.27, n.104, p. 476-498, jul./set. 2019.

OCDE. **Panorama da Educação 2008.** São Paulo. Moderna, 2019.

POKER JUNIOR, J. H.; NUNES, R. C.; NUNES, S. P. **Uma avaliação de efetividade e eficiência do gasto em educação em municípios brasileiros.** Cad. Fin. Públ., Brasília, n. 13, p. 263-287, dez. 2013.

SILVA. Alexandra Maria da. **Eficiência do gasto público e qualidade do ensino fundamental no Brasil.** 2021. 92 pg. Programa de Pós-Graduação em Gestão Organizacional. Universidade Federal de Uberlândia - UFU, Uberlândia-MG, 2021.

SILVA, C. L.; RAULI, F. C. **Avaliação de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável: um estudo de caso dos programas de educação de Curitiba de 1998 a 2005.** Semest. Econ. Online. vol.12, n.23, pp.77-96. 2009,

SILVA. Débora Evelyn da. **Gasto público subnacional em educação e desempenho escolar: uma análise quantitativa para o caso dos municípios da Paraíba.** 2020. 106 pg. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa-PB, 2020.

SILVEIRA. Gabriela Drevnovicz. **Análise da relação entre investimento em educação e desempenho escolar nos municípios gaúchos no período de 2005 a 2015.** 2019. 47 pg. Programa de Pós-Graduação em Administração Pública. Universidade Federal de Rio Grande - FURG, Rio Grande-RS, 2019.

SANTOS. Franciele Nates dos. **Eficiência dos gastos públicos em educação no estado de Mato Grosso: uma investigação através da análise envoltória de dados.** 2020. 92 pg. Instituto de matemática, estatística e computação científica. Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, Campinas-SP, 2020.

SOUSA. Josester Teixeira de. **Os efeitos do Fundeb e dos fatores internos e externos sobre o IDEB do ensino fundamental 1 das escolas públicas municipais de Caratinga/MG entre 2007 e 2017.** 2020. 139 pg. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina-MG, 2020.



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE

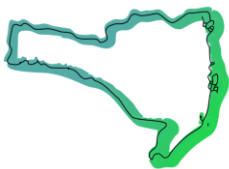


APÊNDICES

APÊNDICE A

Tabela 1 – Ranking dos 10 municípios rondonienses que mais aplicaram recursos em MDE, 2021

Ordem	Cidade	% Gasto MDE	% Meta 2A PNE	SAEB 2021 anos finais Língua Portuguesa	SAEB 2021 anos finais Matemática	IDEB 2021 Rede Pública anos finais ensino fundamental
1º	Buritis	32,25	78,45	243,98	247,03	4,60
2º	Corumbiara	30,9	121,36	247,6	245,35	5,10
3º	Costa Marques	30,77	72,8	227,13	246,95	4,70
4º	Cerejeiras	30,2	114,34	250,22	251,06	5,00
5º	São Felipe do Oeste	29,72	130,95	249,16	243,38	4,70
6º	Ministro Andreazza	29,54	84,93	260,45	260,71	5,80
7º	Cacaulândia	29,08	98,62	230,15	237,45	4,30
8º	Jaru	29,03	100,61	230,35	238,49	5,00
9º	Rolim de Moura	28,48	99,79	260,68	261,79	5,40
10º	Seringueiras	28,34	105,73	249,41	251,26	5,00



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



APÊNDICE B

Tabela 2 – Ranking dos 10 municípios rondonienses que mais aplicaram recursos do Fundeb, no pagamento de remuneração dos profissionais de educação em efetivo exercício, 2021

Ordem	Cidade	Fundeb 2021 % aplicado na valorização profissional	% Meta 2A PNE	SAEB 2021 anos finais Língua Portuguesa	SAEB 2021 anos finais Matemática	IDEB 2021 Rede Pública anos finais ensino fundamental
1º	Espigão D'Oeste	88,06	97,3	234,95	239,94	5,00
2º	Vilhena	85,03	95,26	258,18	257,24	5,10
3º	Cacaulândia	84	98,62	230,15	237,45	4,30
4º	Cerejeiras	81,37	114,34	250,22	251,06	5,00
5º	Buritis	80,85	78,45	243,98	247,03	4,60
6º	São Felipe do Oeste	80,59	130,95	249,16	243,38	4,70
7º	Nova Brasilândia do Oeste	80,15	85,44	255,29	267,51	5,60
8º	Alvorado do Oeste	78,43	114,68	239,8	241,12	4,80
9º	Costa Marques	77,85	72,8	227,13	246,95	4,70
10º	Rolim de Moura	76,56	99,79	260,68	261,79	5,40



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



APÊNDICE C

Tabela 3 – Ranking dos 11 municípios rondonienses que obtiveram as maiores notas no IDEB, 2021

Ordem	Cidade	IDEB 2021 Rede Pública anos finais ensino fundamental	% Meta 2A PNE	SAEB 2021 anos finais Língua Portuguesa	SAEB 2021 anos finais Matemática	Fundeb 2021 % aplicado valorização profissional	% Gastos MDE 2021
1º	Ministro Andreazza	5,80	84,93	260,45	260,71	75,4	29,54
2º	Nova Brasilândia do Oeste	5,60	85,44	255,29	267,51	80,15	27,95
3º	Rolim de Moura	5,40	99,79	260,68	261,79	76,56	28,48
4º	Presidente Médici	5,40	131,38	267,83	255,4	70,44	25,12
5º	Colorado do Oeste	5,40	114,47	265,43	274,87	70,97	26,72
6º	Ouro Preto do Oeste	5,20	104,61	261,98	261,98	70,09	22,65
7º	Santa Luzia do Oeste	5,20	127,91	254,38	256,24	70,65	27,17
8º	Vilhena	5,10	95,26	258,18	257,24	85,03	23,45
8º	Cacoal	5,10	104,66	248,44	248,23	73,82	26,18
8º	Pimenta Bueno	5,10	100,91	275,63	278,06	70,06	27,71
8º	Corumbiara	5,10	121,36	247,6	245,35	74,94	30,9



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



APÊNDICE D

Tabela 4 – Ranking dos 10 municípios rondonienses que obtiveram as maiores médias no SAEB 2021, no ensino fundamental público municipal, referente as proficiências de língua portuguesa

Ordem	Cidade	SAEB 2021 anos finais Língua Portuguesa	SAEB 2021 anos finais Matemática	% Meta 2A PNE	IDEB 2021 Rede Pública anos finais ensino fundamental	Fundeb 2021 % aplicado valorização profissional	% Gastos MDE 2021
1º	Pimenta Bueno	275,63	278,06	100,91	5,10	70,06	27,71
2º	Presidente Médici	267,83	255,4	131,38	5,40	70,44	25,12
3º	Colorado do Oeste	265,43	274,87	114,47	5,40	70,97	26,72
4º	Ouro Preto do Oeste	261,98	261,98	104,61	5,20	70,09	22,65
5º	Rolim de Moura	260,68	261,79	99,79	5,40	76,56	28,48
6º	Ministro Andreazza	260,45	260,71	84,93	5,80	75,4	29,54
7º	Vilhena	258,18	257,24	95,26	5,10	85,03	23,45
8º	Teixeirópolis	257,21	253,39	124,34	5,00	62,52	25,36
9º	Nova Brasilândia do Oeste	255,29	267,51	85,44	5,60	80,15	27,95
10º	Santa Luzia do Oeste	254,38	256,24	127,91	5,20	70,65	27,17



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



APÊNDICE E

Tabela 5 – Ranking dos 10 municípios rondonienses que obtiveram as maiores médias no SAEB 2021, no ensino fundamental público municipal, referente as proficiências de matemática

Ordem	Cidade	SAEB 2021 anos finais Matemática	SAEB 2021 anos finais Língua Portuguesa	% Meta 2A PNE	IDEB 2021 Rede Pública anos finais ensino fundamental	Fundeb 2021 % aplicado valorização profissional	% Gastos MDE 2021
1º	Pimenta Bueno	278,06	275,63	100,91	5,10	70,06	27,71
2º	Colorado do Oeste	274,87	265,43	114,47	5,40	70,97	26,72
3º	Nova Brasilândia do Oeste	267,51	255,29	85,44	5,60	80,15	27,95
4º	Ouro Preto do Oeste	261,98	261,98	104,61	5,20	70,09	22,65
5º	Rolim de Moura	261,79	260,68	99,79	5,40	76,56	28,48
6º	Ministro Andreazza	260,71	260,45	84,93	5,80	75,4	29,54
7º	Vilhena	257,24	258,18	95,26	5,10	85,03	23,45
8º	Santa Luzia do Oeste	256,24	254,38	127,91	5,20	70,65	27,17
9º	Presidente Médici	255,4	267,83	131,38	5,40	70,44	25,12
10º	Parecis	255,16	251,17	68,77	4,60	71,85	24,61